

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Da infungibilidade das árvores

IGNÁCIO M. RANGEL

Há alguns meses, parece que um dos seus assessores chamou a atenção do prefeito Jânio Quadros para um artigo meu, publicado nesta Folha sob o título "Tempo de balanço". O Plano Cruzado já havia perdido sua frescura virginal dos primeiros meses, mas era ainda uma força, no sentido político do termo. Como o veríamos depois, a 15 de novembro e antes de 21 do mesmo mês.

Eu chamava a atenção para a urgência de corroborar a luta contra a componente inercial de nossa inflação com algo mais substancial. E insistia na necessidade de oferecer ao empresariado sufocado com capacidade ociosa, novas oportunidades de inversão, acrescentando que, no quadro presente, somente os serviços de utilidade pública podiam oferecer tais oportunidades.

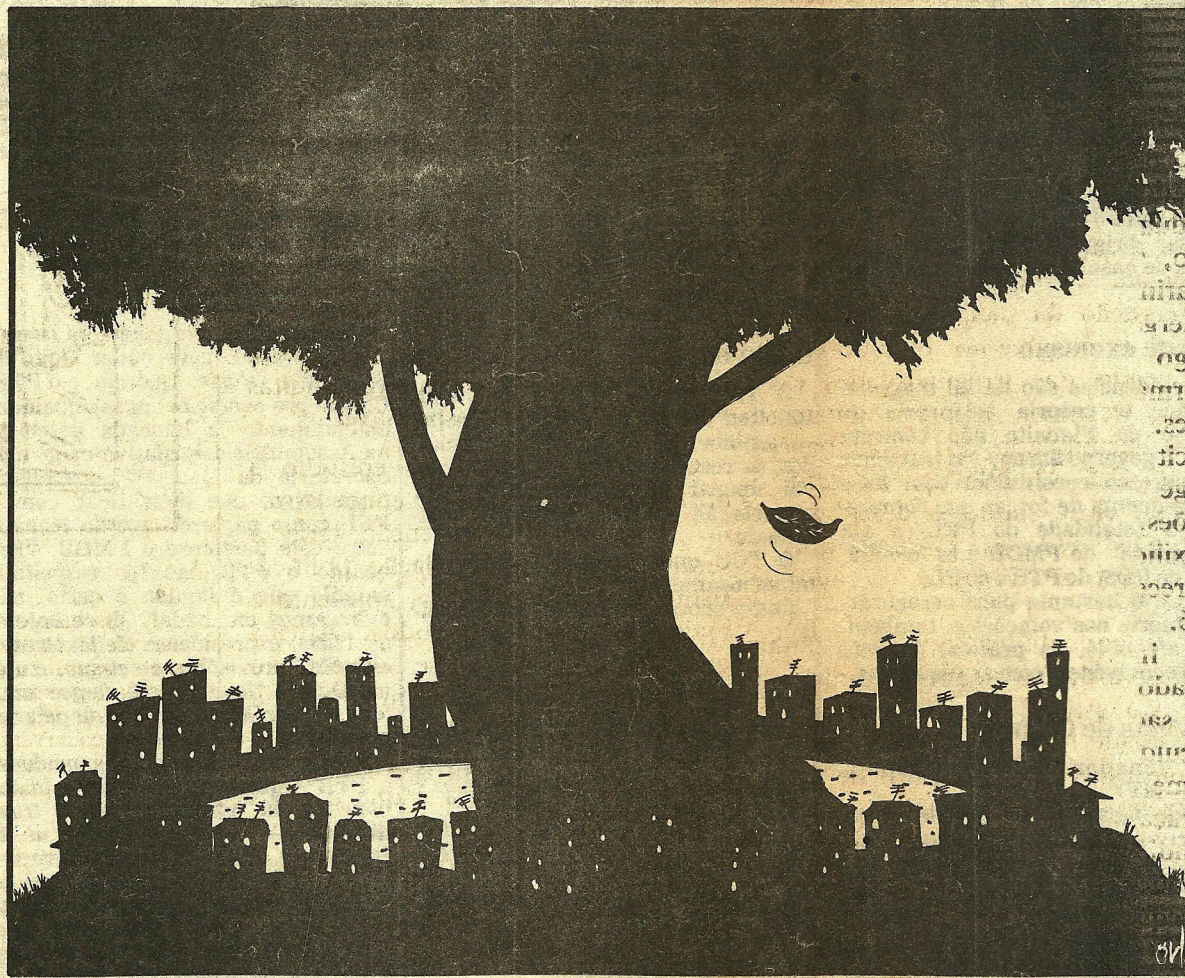
O prefeito, com quem eu havia colaborado, ao lado de Milton Campos, durante seus breves meses de presidente da República, fez-me a honra de convidar-me para uma troca de idéias, durante o almoço. Expus-lhe meu pensamento, como o venho fazendo, com toda franqueza, e ele, já à sobremesa, como o homem de ação que é, interpelou-me:

— Entendi, Rangel. Mas, por onde devemos começar?

Minha resposta poderia ter sido uma enumeração de serviços de utilidade pública maduros para a privatização, mas preferi transferir esse trabalho para a assessoria da Prefeitura de São Paulo. Observei que, do ponto de vista macro-econômico todos os serviços se equivaleriam, desde que induzissem investimentos privados e, conseqüentemente, devíamos evitar forçar portas abertas. E lembrei que o prefeito do Rio de Janeiro, meu amigo Saturnino Braga —mas sem minha audiência—, havia levantado a idéia de oferecer logradouros públicos à iniciativa privada, para a construção de garagens subterrâneas.

Se, em vez de com o prefeito de São Paulo, estivesse discutindo o assunto com o presidente da República, o meu conterrâneo José Sarney, minha reação teria sido, provavelmente, a recomendação de que prestigiasse seu ministro dos Transportes, em iniciativas tais como a Ferrovia da Produção, ou a Linha Vermelha do Rio. São obras necessárias, suscetíveis de interessar à iniciativa privada, fato de vital importância, já que o Poder Público está tecnicamente falido.

Não sabia dos problemas da cidade



de São Paulo senão o que toda gente sabe, isto é, que, sendo uma construção ciclópica, se vista a voo de pássaro, acha-se privada de grande parte da sua infra-estrutura essencial. Mas não imaginava que, apontando ao prefeito dessa cidade o exemplo do prefeito do Rio, o estivesse atirando às feras, como agora sou obrigado a tomar conhecimento, seja quando leio um jornal, seja quando ligo meu receptor de TV.

Num país que assistiu incólume a redução a cinzas de mais de 90% da Mata Atlântica, eis que a possibilidade de substituírem-se uns quantos velhos bosques, por jardins que poderíamos encomendar a Burtel Marx, emerge como uma tragédia insuportável. Cria-se adrede, para dar forma erudita a essa tragédia, a "doutrina" de que as árvores são bens infungíveis. Essa doutrina pedante não protegerá o Brasil da desertização, mas bem poderá privar suas cidades de serviços essenciais, e isto num momento em que, por falta

de oportunidade de investimento, a recessão, o desemprego e a inflação dão-se as mãos para criar a antítese do estado de coisas que julgávamos haver criado com o Plano Cruzado.

Li num dos críticos das garagens do prefeito que não convém estimular o uso de transportes individuais como o automóvel. À minha cabeça veio-me a imagem de Moscou, virtualmente construída sobre um plano de metropolitano traçado há mais de meio século, quando a população da cidade não chegava a um décimo da atual e quanto, à superfície, o serviço de táxi era ainda feito em carros de tração animal. A cidade cresceu pelos eixos das linhas de metrô ainda por construir, de tal forma que, por quilômetro de linha, não sei de nenhum outro sistema de trens subterrâneos que transporte mais gente, por dia.

Mas São Paulo não cresceu assim, cresceu como uma mancha de óleo e, com tal esquema, carecerá de um metrô duas ou três vezes maior, para

um serviço comparável, sendo de notar que São Paulo é vez mais populosa do que Moscou, se a alternativa que o nosso tinha em vista era essa, tirar o cavalo da chuva.

Nada me obriga a sair em do prefeito Jânio Quadros, mas me a sugerir que, dentre os serviços de utilidade pública passíveis de privatização, buscasse aqueles por não existirem ainda, não interesses em contrário preteridos. No Rio de Janeiro não houve nenhuma crítica aos planos de Saturnino, que também teve seus versários em quase todos os serviços.

— Dar-se-á o caso de que, em vez de dar-se a preferência a investimentos em áreas públicas, as áreas públicas cariocas gozem da propriedade de serem fungíveis?

IGNÁCIO DE MOURÃO RANGEL, 73, é ex-presidente do Conselho Regional de Economia e membro do Conselho Federal de Economia. Seu livro "A Inflação Brasileira"...